

MANIFESTO SOBRE O MEIO AMBIENTE / 05 DE JUNHO 2017

No dia 5 de Junho passado, dia que referencia o Meio Ambiente, reuniram-se professores e pesquisadores de universidades do Rio Grande do Sul que têm longa e particular atenção voltada para as questões que influenciam diretamente a natureza e as pessoas, monitorando e observando os efeitos diversos que lhe atingem mas, com principal foco no nosso estado e no Bioma Pampa. O objeto foi o debate e a elaboração do presente texto.

Sabe-se que muitas destas questões têm pressupostos integrados e orientados pela lógica do mercado e do lucro, e que todas as análises feitas devem levar em conta o modo de produção que destrói o ser humano e a natureza. Nesta oportunidade foram reafirmados princípios e comprometimento com a existência humana e com a natureza.

Entende-se que, gradativamente, as questões ambientais assumem as manchetes que há muitas décadas a imprensa lhes devem mas que são temas sempre relegados à espaços de "curiosidades" e não de centralidade da subsistência da própria espécie humana. Aliás, com frequência, observa-se o entendimento equivocado, mas repetidamente estimulado, de que o "homem" e "Meio Ambiente" são elementos dicotômicos, não coexistentes, pouco relacionados, numa lógica absurda e longe de qualquer realidade biológica; o que se passa com um afeta o outro direta ou indiretamente, quer em breve ou alongado período no tempo. Ambos compõem e são elementos integrantes do mesmíssimo espaço!

O chamado "aquecimento global", fenômeno mundial ainda pesquisado e controverso mas inequívoco nos seus efeitos e alterações, tem submetido a humanidade a vivências inusitadas e preocupantes. Não obstante, mesmo as diversas e graves catástrofes vivenciadas ainda não serviram de alertas e não conseguem refrear a sanha acumulativa empresarial ou sequer provocar reflexões de prudência e bom senso em muitos gestores públicos.

Localmente tem-se o Rio Grande do Sul, e em particular o Bioma Pampa, submetidos aos mesmos tipos de processos exploratórios que já foram abandonados há décadas, tanto por sua extrema agressividade à natureza quanto às pessoas.

As explorações minerárias, jornalisticamente ligadas ao progresso, desenvolvimento, respeito ambiental e social são, em verdade, extremamente agressivas ao Meio Ambiente e muitas não respeitam nada nem ninguém, tendo uma relação inversa ao propostos acima. É preocupante a revigorada investida deste setor, ainda mais com o apoio de poderes públicos, como é o caso do governo gaúcho.

Os projetos e justificativas documentais gerados e apresentadas até o momento pelas próprias empresas, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), têm se mostrado cientificamente errados, documentalmente equivocados, conceitualmente distorcidos, ambientalmente caóticos, além de uma absoluta desconsideração com os aspectos culturais e sociais dos gaúchos.

Este é o caso do processo minerário que pretende escavar zinco, cobre, chumbo e ouro em cavas a céu aberto no município de Caçapava, especificamente em Minas de Camaquã. Seu EIA-RIMA foi detidamente analisado em reuniões com docentes da Universidade Federal de Pelotas/Instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio Grande/Campus São Lourenço e Universidade Federal de Santa Maria/Pós-Graduação em Geografia.

Entre outros tantos, este projeto desconsidera o fato que o local se enquadra como área de prioridade para preservação extremamente alta para o Ministério do Meio Ambiente e uma das quatro regiões prioritárias de proteção da Biodiversidade para o Rio Grande do Sul. Ademais, este mesmo Ministério recomenda (Fichas PP019, PP 023 e PP 025) como atividades essenciais o turismo e educação, além de indicar a mineração como uma ameaça.

O projeto apresentado pela empresa Votorantim Metais Holding e a canadense "Iamgold" mostra uma rigidez locacional incompatível com a área afetada, num estudo apresentado sem respeito à sazonalidade do local, com amostragens de flora e fauna irrisórias ou mesmo inexistentes, como é o caso de desconsiderar por absoluto os impactos de explosões e poeiras sobre a biota.

Esta é uma área única e especial para a criação e desenvolvimento da pecuária familiar sustentável, com um arranjo produtivo local qualificado de ovinos e turismo no país, considerada uma referência internacional e um patrimônio histórico e cultural do RS. Tal fato vai ao encontro dos interesses dos mercados mais exigentes!

Estes pecuaristas familiares são considerados os povos tradicionais do Pampa, sujeitos a tratamento legal e protetivo diferenciado, assim como um patrimônio imaterial nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As formações rochosas desta região, denominadas de Guaritas, são consideradas uma das Sete Maravilhas do RS, integrando um seleto grupo de apenas 25 territórios mundiais sustentáveis perante a "World Famous Mountains Association", organização com sede na China e vinculada à "United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization" (UNESCO).

Entende-se que este modelo de sucesso da agricultura familiar na Serra do Sudeste deve ser reproduzido em outras regiões pampeanas, não se aceitando, como desejam exclusivamente os interesses particulares empresariais ou o apoio equivocado de prefeituras e do governo gaúcho, uma alteração da matriz produtiva de agropastoril para mineração!

Também fica aqui expresso o desacordo com as ações do Palácio do Piratini nesta área do Meio Ambiente, mais especificamente com a atitude de extinção de entidades fundacionais do RS, como foi o caso da Fundação Zoobotânica. Ainda os cortes de orçamento em ciência e tecnologia, tanto em nível nacional quanto estadual, têm forte impacto negativo, como é o caso do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), estabelecido para criar as bases científicas necessárias para atender objetivos como as metas da Convenção da Diversidade Biológica.

A reativação da exploração do carvão para a obtenção de energia é ilógica, uma vez que este mineral no RS apresenta altas cargas de poluentes, como é o caso de compostos derivados de enxofre e nitrogênio, e cuja queima gera expressivas quantidades de perigosos poluentes na atmosfera. Por conta desta atividade já foram registrados cursos de água com pH 4,5 na região em torno da cidade de Bagé, fato alarmante pois o ideal para consumo humano encontra-se entre pH 6.0 e 7.5. É ilusório imaginar que "novas tecnologias" ou "altas filtragens" poderão impedir a contaminação atmosférica e das pessoas.

Também preocupante é o plantio de sementes transgênicas, num descontrole que o próprio governo gaúcho não sabe informar a extensão cultivada ou seu percentual com alterações gênicas.

Segundo o sítio da Emater tem-se aproximadamente 6,5 milhões de hectares ocupados com diferentes grãos no RS (soja, arroz, milho, feijão) onde a soja ocupa a grande parte, numa produção calcada em venenos potentes, responsáveis por alterações cromossômicas, mal

formações fetais, alergias, intoxicações, mortes prematuras, cânceres, internações hospitalares, entre outros.

A soja transgênica avança de forma descontrolada gerando grave degradação ambiental no Bioma Pampa, ocupando e alterando negativamente áreas anteriormente empregadas para a pecuária, impondo o recuo desta atividade que é um dos mais fortes símbolos do RS: o gaúcho e suas lidas! Em passado recente esta imagem já sofreu forte impacto quando, através de intensa propaganda enganosa, a população foi induzida a acreditar que as imensas lavouras de eucaliptos trariam desenvolvimento e riquezas mas que, entre outros e na realidade, foram plantadas em locais com qualidade para a produção de alimentos, fato que prejudicou a agricultura familiar, gerando afastamento do homem no campo e do campo.

A bem da verdade, a agricultura vem sofrendo nos últimos anos forte alteração de propósito e metas, quando o "*agrobusiness*" impõe uma visão onde "alimento" transformou-se em "*commodity*", metas de lucros valem mais que pessoas e o enriquecimento de uns poucos é alardeado como vantagem de muitos. Como se apresenta, este "negócio" é a continuidade de um projeto de "Brasil colônia", exatamente porque promove a exportação de produtos primários e sem qualquer valor agregado e, no caso de sementes, inclusive com o envio para outros países de grandes quantidades de água. O que resta ao brasileiro/pampeano é o desemprego, solo degradado e Meio Ambiente desequilibrado. A geração de empregos de qualidade e acúmulo de lucros ocorrem sempre no exterior, deixando muitos dos nossos estudantes egressos das universidades sem mercado de trabalho.

As empresas exploradoras não dialogam com a sociedade, sempre preferindo reuniões fechadas com políticos ou empresários e as audiências públicas só teatralizam espaços de trocas de informações mas não promovem o necessário e real debate ou respeito coletivo, só dando três minutos de fala a cada cidadão e horas para as empresas. As apresentações distorcidas e longe da realidade destas teatrais assembleias são notórias e inquestionáveis.

Entretanto, entre todos os problemas que vivenciamos, não restam dúvidas de que a água é um dos temas mais centrais.

71% da superfície do planeta é coberta por água salgada, tem-se somente 3% de água doce, da qual 2% encontram-se em geleiras e 1% em rios, lagos e lençóis subterrâneos, sendo somente 10% deste 1% é potável. Entretanto, por um lado ela é desfrutada com princípios e lógicas medievais e como um bem inesgotável e, por outro, têm seus mananciais disputados com conflitos bélicos entre alguns países.

Há décadas tem-se imagens do agreste nordestino mostrado em pessoas na extrema pobreza, precocemente envelhecidas, crianças famintas e tendo que caminhar quilômetros para conseguir um mínimo de água. A paisagem tórrida com esqueletos de animais ou urubus que se alimentam da carniça são registradas com "insensível naturalidade" por telespectadores. A política de perfuração de poços só serviu como tática eleitoreira e para beneficiar espertalhões.

Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ainda tentam se recuperar de crise hídrica que castigou severamente a população urbana e rural. Mesmo este fenômeno climático tendo sido previsto com 10 anos de antecedência, as ações públicas sempre surgem de forma tardia e equivocada.

Estas crises hídricas não são mais compreendidas como problemas "regionais" e não se circunscrevem a estados ou microrregiões. Hoje entende-se a tremenda importância dos

“cursos de água atmosféricos” (“rios voadores”), massas de ar carregadas de vapor de água e propelidas por ventos. A sua dinâmica de distribuição é 10 mil vezes mais rápida que as correntes oceânicas, manifestando-se em forma de chuva, neve, granizo e nevoeiro. Estes “rios voadores” passam sobre nossas cabeças, comprovando que a Bacia Amazônica está “aquí ao lado”, pois é desta que chega parcela de umidade que ajuda a irrigar o Sudeste, Centro-Oeste e nosso Sul do Brasil. Ou seja, é ilusório pensar que o criminoso desmatamento da Floresta Amazônica não nos atinge, motivo pelo qual critica-se a Medida Provisória (MP) 756 que retira a proteção sobre 588,5 mil hectares de florestas na Amazônia. Ainda como atitude criticável tem-se a MP 758 que diminui em 20% o Parque Nacional de São Joaquim (SC), um dos principais refúgios da biodiversidade da Mata Atlântica na região sul.

Para além, deve-se zelar pela qualidade da água e sua potabilidade, ou seja, água livre de agentes que possam ocasionar doenças e possível de ser bebida por homens e animais.

Publicação da Embrapa (*Panorama da Contaminação Ambiental por Agrotóxicos e Nitrato de origem Agrícola no Brasil: Cenário 1992/2011*) informa que “estudos realizado por Mattos et al. (2002) têm mostrado a presença de glifosato em lavouras de arroz irrigado com água proveniente da Lagoa Mirim em concentrações acima de $7 \mu\text{g L}^{-1}$, valor máximo permitido pela Agência de Proteção Ambiental Americana (USEPA)”. Entretanto, este valor é maior que o volume normal circulante de 0,31 a $1,52 \mu\text{g L}^{-1}$ de progesterona durante fase folicular para a mulher, ou seja, estas estão expostas a uma concentração de tóxicos bem superior que alguns dos seus próprios hormônios (para este caso em até 4,6 vezes mais). No mesmo sentido, e com ênfase, publicações indicam que o glifosato induz o crescimento de células cancerosas em mamas da espécie humana via receptores de estrogênio.

Adiante, o mesmo trabalho da Embrapa cita que “na planície costeira externa e fronteira oeste do Rio Grande do Sul, no período 2007/2008, encontraram resíduos de 3 hidroxí-carbofurano, clomazona, cialofope butílico, 2,4-D, azoxistrobina, bentazona, difenoconazol, edifenfós, etoxissulfurom, fipronil, glifosato, imazetapir, mancozebe, oxadiazona, oxifluorfen, penoxsulam, propanil, tebuconazol, tetraconazol, tiabendazol, tiobencarbe”. Também informa que “resíduo do herbicida 2,4-D também foi detectado em uma área piloto (AP) da Produção Integrada de Arroz (PIA), localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul na safra agrícola de 2006/2007, na concentração de $0,001 \text{ mg kg}^{-1}$ de solo”.

Em assim sendo, e não por acaso, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) cita o RS como o estado no Brasil com a maior taxa de mortalidade de câncer e, em 2013, foram 186 homens e 140 mulheres mortos para cada grupo de 100 mil habitantes de cada sexo, sendo que a maioria dos pacientes vêm da área rural. O Brasil é o líder mundial no consumo de agrotóxicos desde 2009 e, em 2016, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) calculou que o brasileiro consumia até 12 litros de agrotóxico por ano.

Como têm-se vários venenos agrícolas dispersos na natureza em quantidades elevadíssimas, por lógica faz-se obrigatório inferir que o impacto destes agrotóxicos sobre as abelhas e outros insetos que proporcionam serviços fundamentais à natureza e às pessoas são devastadores.

De tal forma, diante de tantos problemas, resta-nos o trabalho incessante e permanente no alerta de questões que impactam o Meio Ambiente.

Entende-se, enfim, que a principal, senão a única opção para a salvaguarda de um futuro com melhor qualidade para todos nós, reside no apoio e qualificação da agricultura familiar.

É fundamental que este agricultor receba estímulos diferenciados e não o abandono constatado, para que continue produzindo alimentos com qualidade e livre de venenos agrícolas. Ele deve ser orientado, estimulado e apoiado na preservação de nossas nascentes e "olhos de água", evitando que estas sofram deterioração mediante desmatar ou pisotear do gado. As estradas que lhes atendem devem ser recuperadas e preservadas, facilitando o escoamento da sua produção agrícola. Preservação e recuperação de matas ciliares, postos de saúde, escolas, oportunidades de cultura e lazer devem estar sempre na mira dos gestores públicos.

O tempo de refletir já passou há muito, restando-nos pouco tempo para agir.

O Meio Ambiente exige atenção diferenciada e redobrada pois há muito as pessoas vêm sofrendo severos impactos sem que sequer percebam a gravidade da nossa situação.

Se nosso futuro está ameaçado, também é inequívoco que nosso presente está severamente degradado e não podemos fugir da responsabilidade de garantir qualidade de vida para as gerações presente e futura.

ASSINAM ESTA MANIFESTAÇÃO

1. Conselho Departamental do Instituto de Biologia / UFPel
2. Instituto de Biociências - UFRGS
3. Prof. Dr. Althen Teixeira Filho - UFPel - Diretor do Instituto de Biologia
4. Prof. Dr. Marco Gottschalk - UFPel - Vice-Diretor do Instituto de Biologia
5. Prof^a. Dr^a. Jaqueline Durigon - FURG - Campus São Lourenço do Sul
6. Prof^a. Dr^a. Jane Pereira - UNIPAMPA - Campus de São Gabriel
7. Prof. Dr. Carlos Alberto da Fonseca Pires - UFSM - Departamento de Geociências
8. Prof. Dr. Daniel Loebmann - FURG - Diretor do Instituto de Ciências Biológicas
9. Prof^a. Dr^a. Anabele Deble - URCAMP - Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Gestão Ambiental
10. Prof. Dr. Edison Zefa - UFPel - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental e Sanitária